

## CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A. - CNPJ 11.467.788/0001-67

Senhores Acionistas:  
Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas, Parecer do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes. Em 2016, a Companhia

apresentou crescimento de 6% nas arrecadações com títulos de capitalização, com crescimento do lucro líquido antes dos impostos de 52%, em comparação ao exercício anterior, e atingimento da lucratividade esperada, o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. Seguiremos privilegiando o incremento nas vendas de nossos produtos junto aos parceiros estratégicos.

Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif Capitalização S.A.,  
São Paulo, 23 de fevereiro de 2017

A Administração

	Nota	2016	2015
<b>ATIVO</b>		<b>33.465</b>	<b>30.252</b>
<b>Circulante</b>		<b>217</b>	<b>155</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		217	155
Aplicações Financeiras	5	18.843	14.034
<b>Créditos das Operações</b>	6	<b>13.408</b>	<b>14.680</b>
Créditos das operações com capitalização		13.142	14.680
Outros créditos operacionais		266	-
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>997</b>	<b>1.383</b>
Créditos tributários e previdenciários	7	809	724
Outros créditos		188	659
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>34.103</b>	<b>20.332</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>26.797</b>	<b>12.171</b>
Aplicações Financeiras	5	26.797	12.171
<b>Imobilizado</b>		<b>605</b>	<b>99</b>
Bens móveis	8	605	99
<b>Intangível</b>	9	<b>6.701</b>	<b>8.062</b>
Outros intangíveis		6.701	8.062

Total do Ativo

	67.568	50.584
--	--------	--------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2016	2015
<b>PASSIVO</b>		<b>35.990</b>	<b>27.876</b>
<b>Circulante</b>		<b>5.254</b>	<b>4.385</b>
Contas a Pagar		3.899	3.437
Obrigações a pagar	10	378	282
Impostos e encargos sociais a recolher		378	282
Encargos trabalhistas		597	571
Impostos e contribuições		380	95
<b>Débitos das Operações com Capitalização</b>		<b>522</b>	<b>397</b>
Comissões e agenciamento a pagar		522	397
<b>Depósitos de Terceiros</b>	11	<b>190</b>	<b>133</b>
<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	12	<b>30.024</b>	<b>22.961</b>
Provisão matemática para resgates		19.583	15.024
Provisão para sorteio a pagar		10.441	7.937
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>230</b>	<b>87</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>230</b>	<b>87</b>
Contas a Pagar		189	4
Tributos diferidos		189	4
<b>Outros débitos</b>	18	<b>41</b>	<b>83</b>
Provisões judiciais		41	83
<b>Patrimônio Líquido</b>	13	<b>31.348</b>	<b>22.621</b>
Capital social		31.487	20.487
Aumento de capital em aprovação		-	3.000
Ajuste com títulos e valores mobiliários		228	(243)
Prejuízos acumulados		(67)	(623)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>67.568</b>	<b>50.584</b>

	Capital Social Estrangeiro	Aumento de Capital Social em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajuste (TVM)	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>20.487</b>	-	-	-	-	<b>(731)</b>	<b>19.514</b>
Aumento de capital em aprovação - AGE de 10/12/15	-	3.000	-	-	-	-	3.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	141	141
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(33)	(33)
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>20.487</b>	<b>3.000</b>	-	-	<b>(243)</b>	<b>(623)</b>	<b>22.621</b>
Aumento de capital em aprovação - AGE de 29/03/16	3.000	(3.000)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 4, de 03/06/16	8.000	(8.000)	-	-	-	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	471	-	471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	291	291
Absorção dos prejuízos acumulados - AGO de 31/03/16	-	-	-	-	-	34	34
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,001 por ação)	-	-	-	-	-	(69)	(69)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>31.487</b>	-	-	-	<b>228</b>	<b>(367)</b>	<b>31.348</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 CONTEXTO OPERACIONAL

**1. Contexto operacional:** A Cardif Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Campos Bicudo, 98 na Cidade de São Paulo/SP, resultante da associação entre a Cardif do Brasil Vívia e Previdência S.A. e a Cardif Assurances Risques Divers, com sede na França, ambas pertencentes ao grupo BNP Paribas. Constituída conforme assembleia geral de seus acionistas, realizada em 12 de agosto de 2009, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar com planos de capitalização em todo o território nacional, através da Portaria SUSEP nº 3.351 de 18 de novembro de 2009, obtive o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal do Brasil em 06 de janeiro de 2010 e iniciou suas atividades de comercialização dos produtos de capitalização em agosto de 2010. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23/02/2017.

## 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados ao valor justo por meio do Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo por meio do resultado. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por títulos de capitalização a receber e demais contos a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados títulos vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Companhia é responsável por traçar um plano de recuperação desses valores, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "Resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: (a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se a perda por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, com inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Companhia avalia no final de cada exercício de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.5 Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referentes aos títulos públicos (LFTs, LTNs, NTN-B, NTN-F) e títulos privados (LFS e Debêntures) estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Companhia. **2.6 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. E resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Companhia, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Softwares amortizados conforme utilização, e • Contratos de exclusividade nas distribuições de produtos de capitalização em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.7 Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização das modalidades incentivo e tradicional, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos. **(a) Provisão Matemática de Resgate (PMR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o valor a ser resgatado com base nas cotas de capitalização e as devidas taxas de remuneração e atualização da parcela de capitalização, como definidos previamente nas Condições Gerais e Nota Técnica Atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **(b) Provisão para Resgate (PR):** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização e visa garantir o pagamento do valor de resgate, aos titulares ecessionários, dos títulos de capitalização vendidos e antecipados e também quanto à distribuição de bônus. **(c) Provisão de Sorteio a Realizar (PSR):** É calculado sobre o valor nominal dos títulos e visa cobrir os valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados, observadas as regulamentações específicas vigentes. **(d) Provisão de Sorteios a Pagar (PSP):** É constituída a partir da data de realização do sorteio, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. **2.8 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios em curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Companhia patrocina plano de previdência privado em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um plano gerador de benefícios livres - PGBL, totalizando no exercício R\$ 213 (R\$ 150 em 31 de dezembro de 2015). O compromisso da Companhia limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.9 Provisões judiciais:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base de provisionamento os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. **2.10 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.11 Capital social:** O capital social da Companhia está constituído por 31.487.468 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.12 Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **2.13 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Companhia, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.14 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 20%, a partir de setembro de 2015, tendo sido a alíquota de 15% até agosto de 2015, em cumprimento à Lei nº 13.169/15. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes

compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no balanço patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui: (a) As receitas dos planos de capitalização são contabilizadas no mês de sua emissão, e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas; e (b) As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. **2.16 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, pelos órgãos reguladores e fiscais. A Administração avaliará o impacto dessas alterações nas suas demonstrações financeiras observando as datas de entrada em vigor de cada normativo e considerando inclusive os posicionamentos da SUSEP e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRS 9/CPAC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPAC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações trazidas pelo IFRS 9 são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A norma será efetiva para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2018 e depende de aprovação prévia da SUSEP. IFRS 15/CPAC 47 - "Recita de Contratos com Clientes", essa norma trata os princípios a serem aplicados por uma entidade para determinar a mensuração da receita e o momento do reconhecimento. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita deve ser reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. A norma substitui a IAS 11/CPAC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPAC 30 - "Receitas" e interpretações correspondentes e entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. Essa norma não se aplica ao reconhecimento de receitas financeiras, receitas decorrentes dos contratos de arrendamento e seguros. Resolução CNSP nº 343/16 que alterou as Resoluções CNSP nºs 321/15, 322/15 e 301/15 e dispõe sobre alteração na metodologia de cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) determina pontos a serem considerados sobre o capital de risco de subscrição, cálculo de risco de mercado, liquidez em relação ao Capital de Risco (CR), orienta sobre o Comitê de Auditoria das reguladas e designação de atuariário e diretores técnicos responsáveis e dá outras providências. A resolução entrou em vigor em 31 de dezembro de 2016, exceto para casos em que a norma definiu em contrário e os efeitos decorrentes das alterações já estão contemplados nestas demonstrações financeiras. A Circular SUSEP nº 543/16 que dispõe sobre alterações na Circular SUSEP nº 517/15 no tocante a constituição das provisões técnicas a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais. Esta circular entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, com prazos de adaptação diversos a depender das alterações solicitadas, sendo as datas limites 31 de dezembro de 2017 e 2018 a depender da alteração. Circular SUSEP nº 544/16 que dispõe sobre alterações na Circular SUSEP nº 517/15 no tocante as normas contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais. Esta circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos relativamente aos procedimentos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2017.

## 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos e interpretações do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas abaixo listadas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, cuja probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** Em processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **b) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Companhia aplica as regras de análise de impairment para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os títulos a receber. **c) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que os ativos financeiros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de gerar lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia, e estudo econômico futuro de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

## 4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

**Introdução:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: a) Risco de subscrição; b) Risco de crédito; c) Risco de liquidez; d) Risco de mercado; e e) Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por esse razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideramos investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o acesso de foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de subscrição:** O risco de subscrição advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais relacionadas à constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação. A gestão de risco de subscrição objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Companhia. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito relacionado à venda de títulos de capitalização da Companhia está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos títulos de capitalização à Companhia, independentemente do seu recebimento pelo cliente. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de rating (Standard & Poors e Moody's). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimentos em quotas de fundos e títulos de capitalização a receber.

	Sem	Saldo
<b>categoria contábil - 31 de dezembro de 2016</b>	<b>AAA</b>	<b>AA-</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-
Títulos de renda fixa privados	2.543	181
Títulos de renda fixa públicos	-	-
Créditos das operações com capitalização	-	-
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>2.543</b>	<b>181</b>
<b>Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2015</b>	<b>AAA</b>	<b>AA-</b>
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	-
Títulos de renda fixa privados	935	820
Títulos de renda fixa públicos	18.777	-
Créditos das operações com capitalização	-	-
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>19.712</b>	<b>820</b>
<b>c) Risco de liquidez:</b> Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. <b>Gerenciamento do risco de liquidez:</b> É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. <b>Controle do risco de liquidez:</b> São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "carteira de liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. <b>Exposição ao risco de liquidez:</b> O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização comercializados. A Administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. <b>Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):</b> Um dos principais aspectos no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazo, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:		

	Nota	2016	2015
Arrecadação com títulos de capitalização		85.121	80.091
Variação das provisões técnicas		(360)	55
Resultado com resgate e sorteio		(69.913)	(67.986)
Custo de aquisição		(1.026)	(1.256)
Outras receitas e despesas operacionais		(979)	(288)
Despesas administrativas	15.a	(13.256)	(11.340)
Despesas com tributos	15.b	(924)	(775)
Resultado financeiro	15.c	4.119	2.863
<b>Resultado operacional</b>		<b>2.782</b>	<b>1.364</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(797)	(68)
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.985</b>	<b>1.306</b>
Imposto de renda	16	(114)	(96)
Contribuição social	16	(131)	(66)
Participações sobre o resultado		(1.449)	(1.003)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>291</b>	<b>141</b>
Quantidade de ações		31.487.468	23.487.468
Lucro líquido por ação (Reais) *		0,01	0,01

\* O lucro base e o lucro diluído por ação tem o mesmo valor devido a todas ações ordinárias.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

